

Bases para a solução dos problemas da educação nacional

(Continuação dos n.ºs 3, 5 e 7)

1 — *A reorganização das escolas.* — Convém examinar agora a série de problemas relativos à reorganização das escolas.

Começemos pela base, pelos alicerces fundamentais: antes de tudo os jardins de infância, para terminar na Universidade.

Não basta proceder à reorganização dos serviços técnicos e administrativos da educação, não basta criar ainda aqueles que são necessários, urge imprimir às próprias escolas a orientação mais adequada quanto a sua estrutura e funcionamento.

2 — *Os jardins de infância.* — Um dos problemas mais delicados e difíceis da educação, é aquele que se refere aos jardins de infância. Difícil e delicado pela natureza do sujeito sobre o qual se pretende agir, difícil e delicado pela natureza dessa acção mesma, difícil e delicado pelo que respeita à preparação do pessoal docente e pelas consequências que da acção educativa podem resultar para o desenvolvimento ulterior da criança.

De todos os ramos da educação o praticado nos jardins de infância é o mais complexo, mais escabroso e de maior responsabilidade.

3 — *Fins pedagógicos e sociais dos jardins de infância.* Os fins pedagógicos e sociais que pretendem realizar os jardins de infância são os seguintes:

a) Substituir a educação familiar que na sua generalidade é insuficiente, defeituosa ou mal compreendida por uma educação mais apropriada baseada sobre o conhecimento científico da criança. Educação familiar na grande maioria dos casos é uma palavra vazia de sentido que nem sequer tem para justificá-la a existência dum instinto. O instinto educador desapareceu na espécie humana com outros instintos que ainda possuem os animais. A medida que se sobe na escala zoológica a inteligência substitui o instinto. E inteligência neste caso é a ciência e a arte da educação, que vem suprir e preencher as lagunas do instinto.

A ignorância dos pais em matéria de educação, as ocupações que lhes tiram o tempo e a possibilidade de consagrar-se aos filhos, etc., impedem com frequência que a família possa realizar uma educação conveniente. Ora esta idade é demasiado importante, sob o ponto de vista da formação dos hábitos, para que possa ser abandonada ao acaso de cuidados mal compreendidos. Só um organismo especial como os jardins de infância pôde alcançar bons resultados.

b) Introduzir na educação da criança a disciplina moral da vida em grupo que a família no seu estado de isolamento não pôde proporcionar. O facto de entrar em contacto com outras crianças, de poder utilizar as sugestões e

os estímulos do meio colectivo, de sofrer as influências sociais, de pôr em comum a sua alma e a sua experiência; constitui um excelente factor de formação moral e de desenvolvimento geral. A criança precisa viver com outras crianças. No Jardim de Infância encontra um meio social organizado onde pode satisfazer essa necessidade íntima e exigente.

c) Preparar a criança para a vida escolar ulterior por uma prévia educação física e psíquica bem compreendida, o que torna mais fácil e fecunda a missão da escola primária nos cursos inferiores. Além disso o Jardim de Infância constitui uma transição natural entre o regime da família e o regime da escola, como consequência da adaptação espontânea às exigências da vida colectiva, ao contacto com as outras crianças, às múltiplas ocupações que nele se realizam.

d) O Jardim de Infância tem uma finalidade essencialmente educativa e não instructiva. O Jardim de Infância não é uma escola no sentido ordinário da palavra, mas um ambiente de vida, destinado a assegurar, pela sua conveniente organização, as condições mais favoráveis para o desenvolvimento físico, intelectual e moral da criança.

O Jardim de Infância tem por objecto formar o coração das crianças, inculcar-lhes bons princípios, fazer-lhes contrair hábitos necessários, estimular as suas capacidades psíquicas, despertar o seu espírito de iniciativa, satisfazer a sua necessidade de actividade, cultivar a sua habilidade manual, ocupá-las dum modo útil e são, ajudar-lhes a tomar consciência de si mesmas, fazer-lhes compreender e praticar as noções de sociabilidade, dar-lhes os cuidados inteligentes que reclama o seu desenvolvimento físico.

4 — *Até que ponto e dentro de que limites o estado deve sustentar os jardins de infância.* — A educação infantil nasceu da iniciativa privada, mas hoje na maioria dos países adiantados é um serviço público ou tende a sê-lo. É o que se pratica na Inglaterra, na Bélgica, na França, na Suécia, nos Estados Unidos e no Japão.

O Estado não pode desinteressar-se da educação infantil dada a importância que esta primeira educação exerce sobre a evolução ulterior da criança. O vigor da raça e da nação tem um interesse fundamental em que organismos tão frágeis e plásticos como os das crianças na idade do jardim de infância não sejam deformados ou comprometidos para o resto da vida. Além disso as condições económicas das sociedades modernas não permitem às mães, que carecem de trabalhar e de ganhar a sua vida, que elas se ocupem da educação dos filhos.

É necessário, pois, que o Estado tome a seu cargo a educação da primeira idade da infância. É um princípio fundamental que convém estabelecer e realizar na medida

das possibilidades financeiras do país. Para começar seria indispensável que o Estado desde já:

a) Criasse uma secção especial nas Escolas Normais para a formação adequada de jardineiras da infância;

b) e que em seguida fundasse e sustentasse um jardim modêlo em cada capital de districto;

Evidentemente a iniciativa particular teria a faculdade de criar jardins de infância, desde que fossem satisfeitas as condições seguintes:

a) Locais higiênicos e mobiliario e material indispensáveis;

b) Sujeição à inspecção do Estado quanto à hygiene, programas e métodos;

c) Pessoal preparado na secção de Jardineiras da infância das Escolas Normais.

Em próximos números indicaremos os defeitos dos jardins de infância nos diferentes países e quais devem ser os princípios educativos a realizar.

(*Continúa*).

FARIA DE VASCONCELOS